



ESBOÇO DE LETRAS

07 *O processo de territorialização do rótulo e as limitações impostas à agência*

(The label's territorialization process and limitations imposed on the agency)

(El proceso de territorialización de la etiqueta y las limitaciones impuestas a la agencia)

Lucas Paz dos Santos¹

1. Doutorando em sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Mestre em sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Graduado em ciências sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS-UFRJ). ID Lattes: 8540433969329315. ORCID: 0009-0003-5416-6487.



Resumo – O objetivo deste texto é relacionar interação, espaço e memória com o fim de pensar o processo de territorialização do rótulo e o contágio entre coletividades. A proposta do texto é que não apenas a relação entre espaço e interação é importante, como também a presença da memória é fundamental para esse processo. São três seções. Na primeira, é estabelecida a relação entre interação social e espaço a partir da teoria de Erving Goffman. Na segunda, o conceito de “memória coletiva” de Maurice Halbwachs e “lugares de memória” de Pierre Nora são importantes para estabelecer a relação entre memória e espaço de modo mais sistemático. Na terceira, há a união das duas seções anteriores para abordar o processo de territorialização do rótulo e o contágio entre coletividades residentes no espaço analisado. Nessa seção, o problema a ser refletido é a rotulação “favelado” e a sua relação com a favela. Nesse contexto, é importante compreender como o processo de sujeição criminal irradia de certa coletividade (“bandidos”) para outra (“moradores”), territorializando-se através de processos sociais amplos, em especial pela relação com o Estado, que contribui para o processo retroalimentar do rótulo. Será dada ênfase às implicações interacionistas, como a criação de expectativas normativas, a dificuldade em gerenciamento de impressões que disso decorre, e o recurso da limpeza moral como uma tentativa de reescrever a própria coletividade e territorialidade no “mundo simbólico”. Também nessa seção, as formulações de Anthony Giddens sobre o poder são apresentadas com o fim de relacionar melhor tal categoria ao problema central e não passar como residual.

Palavras-chaves: interação social; espaço; memória; rotulação; favelas.

Abstract – *The purpose of this text is to relate interaction, space and memory in order to think about the label's territorialization process and the contagion between collectivities. The proposal of the text is that not only is the relationship between space and interaction important, but also the presence of memory is fundamental to this process. There are three sections. The first establishes the relationship between social interaction and space based on Erving Goffman's theory. In the second, Maurice Halbwachs' concept of "collective memory" and Pierre Nora's "places of memory" are important for establishing the relationship between memory and space in a more systematic way. The third section combines the two previous sections to address the label's territorialization process and the contagion between collectivities living in the analyzed space. In this section, the problem to be reflected on is the label "favelado" and its relationship with the favela. In this context, it is important to understand how the process of criminal subjection radiates from a certain collectivity ("bandits") to another ("residents"), territorializing itself through broad social processes, especially the relationship with the state, which contributes to the label's feedback process. Emphasis will be*



placed on the interactionist implications, such as the creation of normative expectations, the resulting difficulty in managing impressions, and the use of moral cleansing as an attempt to rewrite one's own collectivity and territoriality in the "symbolic world". Also in this section, Anthony Giddens' formulations on power are presented in order to better relate this category to the central problem and not pass it off as residual.

Keywords: *social interaction; space; memory; labeling; favelas.*

Resumen – *El objetivo de este texto es relacionar interacción, espacio y memoria para pensar el proceso de territorialización de la etiqueta y el contagio entre colectividades. La propuesta del texto es que no sólo es importante la relación entre espacio e interacción, sino que también la presencia de la memoria es fundamental en este proceso. Hay tres secciones. La primera establece la relación entre interacción social y espacio a partir de la teoría de Erving Goffman. En la segunda, el concepto de "memoria colectiva" de Maurice Halbwachs y los "lugares de memoria" de Pierre Nora son importantes para establecer la relación entre memoria y espacio de una forma más sistemática. La tercera sección combina las dos anteriores para abordar el proceso de territorialización de la etiqueta y el contagio entre las colectividades que viven en el espacio analizado. En este apartado, el problema sobre el que se reflexiona es la etiqueta "favelado" y su relación con la favela. En este contexto, es importante entender cómo el proceso de sometimiento criminal se irradia de una determinada colectividad ("bandidos") a otra ("residentes"), territorializándose a través de amplios procesos sociales, especialmente la relación con el Estado, que contribuye al proceso de retroalimentación de la etiqueta. Se hará hincapié en las implicaciones interaccionistas, como la creación de expectativas normativas, la consiguiente dificultad para gestionar las impresiones y el uso de la limpieza moral como intento de reescribir la propia colectividad y territorialidad en el "mundo simbólico". También en esta sección se presentan las formulaciones de Anthony Giddens sobre el poder para relacionar mejor esta categoría con el problema central y no hacerla pasar por residual.*

Palabras clave: *interacción social; espacio; memoria; etiquetado; favelas*



A relação entre espaço e interação social

Erving Goffman e a visão interacionista do espaço social

Erving Goffman descreve a apresentação do self como um processo dialético dividido em três fases: definição da situação, expressividade e gerenciamento de impressões. A definição da situação é o processo de assimilação da realidade imediata, cujo fim é estabelecer um curso de ação coerente com o contexto no qual se está inserido. Ela deriva da interpretação da realidade presente a partir das informações nela disponíveis, sejam aquelas referentes aos indivíduos com quem se interage, sejam as possíveis associações que a partir deles se possam fazer. Esse processo de identificação é comum e considera as experiências anteriores com indivíduos parecidos e a aplicação de “estereótipos não comprovados” (Goffman, 1985, p. 11, 204-205). Relacionado a isso, estão as expectativas normativas que todos os indivíduos nutrem em suas interações sociais: o conjunto de valores e crenças pré-fabricadas, tomadas como dadas, impostas a pessoas ou grupos, com o fim de determinar a sua essência e a sua ação (*id.*, 2008, p. 61-63).

A projeção da definição da situação é feita expressivamente e sempre cria impressões nos outros indiví-

duos que fazem parte da interação social em questão. Trata-se de um processo criativo inerente à interação social. Seja intencionalmente ou não, impressões sempre são criadas mediante as ações assumidas. O processo de definição da situação parte da interpretação individual das impressões alheias sobre a realidade presente, incluindo (mas não só) as ações tomadas pelo indivíduo de referência. Em suma, o indivíduo define a sua situação (interpreta a realidade) e orienta a própria ação a partir de uma perspectiva sobre o julgamento alheio. Uma vez que a relação entre a definição da situação e a expressividade (relação entre interpretação e aplicação do pensamento em ações) pode ser problemática, consequências não intencionais da ação podem constranger o indivíduo em questão. Para evitar ou remediar isso, esse indivíduo pode tentar gerenciar as impressões alheias, modelando a sua expressividade para esse fim. O gerenciamento de impressões é algo comum na vida cotidiana e os indivíduos podem fazer isso de forma mais ou menos consciente e intencional. Gerencia-se a impressão alheia para conseguir responder aos desejos pessoais ou para evitar os riscos constantes de conflitos e constrangimentos. Deve-se considerar que o gerenciamento de impressões é uma potencialidade criativa inerente a todo indivíduo, mas que, por outro lado, pode ser obstruído ou seu êxito di-



ficultado pela existência de expectativas normativas nutridas pelos outros indivíduos com quem se interage (*id.*, 1985, p. 11, 13, 204-205).

Todas as informações referentes aos indivíduos dizem respeito ao seu personal front, um equipamento expressivo referente a determinado indivíduo, seja ele implícito ou explícito. Esse equipamento refere-se à aparência do indivíduo: roupas, acessórios, automóveis, entre outros. Pode referir-se também ao comportamento, trejeito ou maneira de agir assumida pelos indivíduos: estímulos verbais ou não verbais podem informar a respeito da condição emocional do indivíduo em relação a si mesmo, aos outros, ou à interação social na qual participa. Todas as informações referentes ao espaço no qual a interação ocorre dizem respeito ao cenário: os objetos móveis e fixos, a disposição topológica desses objetos e, mesmo, a relação de cada um deles com cada indivíduo em questão. A mobília de uma casa, por exemplo, bem como a disposição dos objetos, pode dizer muito sobre alguém (*id.*, 1985, p. 29-31).

A divisão clara de papéis tensiona ainda mais o modelo dramático de Goffman. A cooperação funcional entre indivíduos em torno de uma atividade específica implica formação de equipe ou grupo de atores frente à plateia, cuja função é observar;

trata-se de uma formação intersubjetiva (*ibid.*, p. 77-78). Essa divisão só é possível se houver regionalização da interação social: a divisão espacial que regula a acessibilidade dos dois grupos supracitados, de modo que a zona espacial na qual a interação transcorre é demarcada por limites nos quais apenas os atores têm o acesso. O primeiro é o *front region*, espaço comum e acessível a todos, análogo à noção de palco, lugar no qual a cena decorre, de apresentação do self e do desempenho de papéis atribuídos. O segundo é o *backstage*, espaço inacessível à plateia, cuja intromissão pode causar constrangimentos e conflitos maiores. Trata-se de um lugar no qual a equipe reconfigura a sua atuação. A relação entre os dois espaços pode variar, de modo que um backstage pode virar front region e vice-versa (Goffman, 1985, p. 101, 106, 118; 2019, p. 583).

O processo de regionalização da interação social é talvez a maior evidência da presença do espaço na teoria sociológica de Goffman. No entanto, é possível partir disso e analisar mais aprofundadamente a visão goffmaniana sobre o espaço. Segundo Fraya Frehse, há duas formas basilares que o espaço pode assumir na teoria de Goffman: social e interacional. O *espaço social* é abstrato por natureza e deriva dos escritos de Georg Simmel sobre a moda. A posição dos indivíduos na estrutura social é identificada a

² Convém destacar que, apesar do protagonismo de Durkheim nesse aspecto da teoria de Goffman, a dimensão ritualística da vida social em Goffman é influenciada também por Simmel e pela etologia (Burns, 1992, p. 39; Joseph, 2000, p. 27-30, 32-33).

³ A face pode ser definida como “o valor social positivo que uma pessoa efetivamente reivindica para si mesma através da linha [de conduta] que os outros pressupõem que ela assumiu durante um contato particular.” (Goffman, 2011, p. 13-14).

⁴ Por exemplo, uma discussão pode variar de acordo com o lugar, seja ele silencioso ou barulhento, amplo ou pequeno, esteja ele vazio ou lotado, em casa ou no trabalho.

partir da sua relação com o espaço. Trata-se de uma localização que indica o *status* dos indivíduos, cuja consequência é atrair ou reprimir o estabelecimento de laços sociais. (Frehse, 2008, p. 157) Banheiros para empregados (comum em algumas casas) e entradas de serviço (como acontece em hotéis) são exemplos de uma localização social que imputa um *status* a partir do espaço e, assim, comunica a posição na estrutura social. O *espaço interacional* mostra o viés antropológico de Goffman a partir de Émile Durkheim (*ibid.*, p. 163). O autor analisa as regras do comportamento humano nas suas relações com o outro. O espaço interacional identifica os indivíduos de maneira mais concreta, assimilável aos sentidos humanos na interação social: onde estão, como estão, com quem estão, o que fazem, etc. Essa dimensão indica que o comportamento humano em interação social preenche o espaço de sentido.²

Ao unir Durkheim e a Escola de Chicago, Goffman desenvolve duas dimensões do espaço interacional: a sua composição interna (cenário) e a influência dessa composição interna sobre os indivíduos em interação (condicionante). O *espaço-físico-cenário* é uma derivação de suas teorias dramáticas da vida social, sendo a parte espacial da *face*³ na interação. O conjunto de componentes do espaço comunica algo sobre ele mesmo e sobre aqueles que o compõem.

Nesse sentido, a sala de uma casa pode ajudar os outros indivíduos a atribuir significados não apenas ao espaço, mas também ao dono da casa. O modo como os visitantes lidam com esses significados pode, da mesma maneira, comunicar algo ao dono da casa e sobre a casa. O *espaço-físico-condicionante* é a maneira pela qual o espaço, a partir de suas próprias configurações, incide sobre o comportamento dos indivíduos, condicionando-os (*ibid.*, p. 159-160). Se o espaço condiciona a maneira como os indivíduos se apresentam na vida social, sua configuração influencia a interação.⁴ Portanto, o espaço é um ambiente de signos e ele mesmo, em sua totalidade, um signo. É nesse sentido que ele comunica aos indivíduos sobre eles mesmos, sobre os outros, sobre o próprio espaço e sobre a interação. O espaço e sua interação com os indivíduos pode ser entendido enquanto um idioma, dada sua expressividade. Ele será lido interpretativamente pelos indivíduos enquanto se situam em uma interação (*ibid.*, p. 160-161).

Lugar e paisagem como processo de significação do espaço

O espaço social é uma zona “amorfa” que pode ganhar contornos mais específicos a partir de um processo amplo de significação. Há conceitos geográficos

ficos que indicam tais processos, como o lugar, a paisagem e o território. De modo geral, esses conceitos mostram como a interação social é importante para a constituição dessas diferentes formas que os espaços podem assumir. Yi-Fu Tuan (2018, p. 5) conceitua o lugar como “centro de significado constituído pela experiência”. Trata-se do espaço constituído afetivamente pela relação a um ou mais indivíduos, sejam eles individuais ou coletivos. Há uma multiplicidade escalar em sua definição, de modo que um lugar possa ser um objeto, como uma poltrona, o próprio lar, a cidade onde reside, ou até mesmo a região e o Estado (Tuan, 2018, p. 6-11). Os lugares são compreendidos como “pontos no sistema espacial” ou “sentimentos altamente viscerais”. Raramente um lugar está em um polo ou outro na experiência individual, uma vez que de um lado há uma distância demasiadamente grande e do outro uma ligação emocional que precisa de tempo e comprometimento. Nesse sentido, de modo geral, “os lugares situam-se em alguma parte na extensão intermediária da experiência.” (Tuan, 2018, p. 6).

No entanto, não está claro como os centros de significado são construídos. O Estado, a cidade, a poltrona e outros espaços seriam lugares para alguém e isso diz respeito à própria experiência e imputação. O que falta é justamente a presença do outro

nesse processo. A construção da poltrona como um lugar para o indivíduo de referência pode variar de significado conforme a possibilidade ou não de compartilhamento. Em outras palavras: a imputação de significado e a consequente construção de vínculo do indivíduo de referência com o lugar variam segundo a relação que os outros têm com esse mesmo lugar. O significado varia se o uso da poltrona é restrito a esse indivíduo ou se é compartilhado entre os moradores da casa. Isso diz sobre o lugar, sobre o indivíduo em questão e sobre os outros moradores da casa. O lugar, portanto, é uma construção relacional.

Entretanto, em escalas macrossociais, esse processo é menos evidente. O vínculo afetivo que o Estado adquire para alguém pode variar devido à conjuntura política, econômica, relação internacional, bom funcionamento de órgãos públicos — o que parece mais estável é o grau de patriotismo ou de apego cultural ao país. Embora isso pareça ser excessivamente subjetivo, a família e a opinião pública podem ser uma indução sobre essa construção afetiva. O processo é semelhante em cidades e regiões. Há uma complicação para entender tais escalas como lugar devido ao descentramento da interação. Não há a possibilidade de acesso à totalidade, e quanto mais macrossocial for a escala, menor parece ser a relação entre o “sentido” total do lugar e o senti-

5 O sentido original de paisagem “referia-se a um distrito territorial de propriedade de um determinado senhor ou habitado por um determinado grupo humano” (Houston, 1970, p. 133). [Tradução própria].

6 Apreensão da paisagem rural em contraposição à marinha (ibid., p. 134).

mento preso à interação. Isso não significa que o Estado ou uma cidade não possam ser lugares no sentido fornecido por Tuan e sim que é mais difícil participar de uma interação que relacione a construção afetiva à ideia de lugar nessas escalas.

Outro conceito central relacionado ao espaço é a paisagem. Inicialmente, a paisagem pode ser definida como a história da relação entre o espaço e a sociedade materializada pelo trabalho, o que promove a uma indução mútua: a sociedade transforma o espaço que, por sua vez, incide sobre a sociedade, como parte da transformação social. Conceituado dessa forma, a agência dos indivíduos é destacada, de modo que não sejam meros espectadores. O conceito denota, ainda, “o potencial que um determinado suporte físico, a partir de suas características naturais, pode ter para o homem que se propõe a explorá-lo com as técnicas de que dispõe” (Holzer, 1997, p. 81). Portanto, a paisagem representa a história da transformação espacial por determinada sociedade, imputando-lhe uma algo como uma “assinatura visual”. Este tipo de aceção representa duas das mais antigas compreensões do conceito de paisagem apresentado por Houston (1970, p. 133-135): propriedade e quadro visual. Embora a noção de propriedade em Houston esteja restrita à instância pessoal⁵, pode-se pensar em uma instân-

cia simultaneamente coletiva e histórica a partir da noção de “quadro visual”⁶.

A noção de “assinatura visual” é a propriedade de uma marca, de uma relação intrínseca com o espaço por uma sociedade. As transformações arquitetônicas do Renascimento, iniciadas no “quattrocento” por arquitetos como Filippo Brunelleschi e Leon Battista Alberti (Gombrich, 2000), demonstram não apenas uma representação visual do espaço enquanto a paisagem de uma localidade, que perpassa ao longo do tempo, mas a propriedade de uma sociedade criadora. Por um lado, essa concepção apresenta a paisagem como a “soma de muitas vistas” (Houston, 1970, p. 135), dado que ela organiza a multiplicidade de quadros visuais que a cidade tem em uma construção “única” e coesa de paisagem, mesmo que dentro de sua multiplicidade interna. Por outro lado, apresenta a paisagem como “arquivo de percepção, técnica e cultura do homem”, que remonta à relação entre a “percepção cultural de uma sociedade e as transformações do meio físico por essa mesma sociedade” (Houston, 1970, p. 137). A cultura direciona ao simbólico, a técnica ao trabalho e a percepção à interpretação.

Ao considerar o aspecto subjetivo junto ao objetivo, a paisagem pode ser definida como uma in-

7 Com isso, o ambiente tem apenas o sentido de “suporte físico imediato” sem relação direta com a sociedade. A noção de ambiente relaciona sujeitos e objetos nas “condições sob as quais qualquer pessoa ou coisa vive ou se desenvolve; a soma total de influências que modificam ou determinam o desenvolvimento da vida ou do caráter” (Tuan, 1965, p. 6 apud Holzer, 1997, p. 80-81).

8 Trata-se da relação entre sociedade e espaço que, a partir do trabalho, constituem-se mutuamente. As mudanças no espaço são também construções simbólicas que incidem não apenas sobre ele como também na própria sociedade a relacionar-se com o espaço. Nesse sentido, a paisagem pode ser pensada enquanto linguagem, dado que ela comunica. Sua comunicação é sobre a sociedade, sobre o espaço e sobre a própria história dessa relação. É essa a sua dimensão simbólica.

9 Sabe-se que a relação entre as coisas e o mundo, sob a ótica humana, não são dadas. É preciso de uma interpelação cognitiva que só pode aconte-

terpretação da realidade socioespacial que organiza o ambiente físico em relação a uma construção simbólica. Há três destaques: o ambiente físico, a construção simbólica e a interpretação. O ambiente físico é que dá suporte material à paisagem e interage com a sociedade ao fornecer condições de seu desenvolvimento.⁷ A construção simbólica é o preenchimento de sentido sobre o espaço físico.⁸ A interpretação é a capacidade dos indivíduos em interpelar cognitivamente os objetos do mundo, considerando sempre outras interpelações, dado que o “sentido” imputado precisa ser convergente para ter validade social.⁹ O processo de interpretação imputa sentido ao espaço, unindo o físico ao simbólico.¹⁰

Com isso, a paisagem não é um fato espontâneo da realidade social. É, antes, uma relação entre o que deve ser visualizado e o que deve ser ocultado. Dentro disso, o que deve ser observado e o que deve ser ignorado: o olhar, a percepção, são aspectos culturais e podem ser “treinados” socialmente. Em casos de um preenchimento afetivo, na produção/representação da memória de uma coletividade, deve-se considerar o que lembrar e o que esquecer. Ao compreender a paisagem enquanto uma construção simbólica que comunica, cujo preenchimento e relação afetiva é dado pela memória, torna-se necessário

atentar-se para a *produção* de sentido por trás dessa configuração, o que diz respeito a certo grau de intencionalidade.¹¹ Evidentemente, o processo de produção de sentido em relação às interpretações, suas convergências e divergências entre os indivíduos, faz parte da própria significação do espaço. Isso quer dizer que o espaço não “perde significado” ou toma um aspecto “profano” porque sua paisagem foi produzida com certa finalidade, como, por exemplo, a partir de alguma política pública.

O processo de significação do espaço é bastante similar para os conceitos de lugar e paisagem. No primeiro, trata-se de um processo de geolocalização derivado da relação afetiva. No segundo, de interpretação visual derivado das relações de transformação mútua entre sociedade e espaço. Evidentemente, os aspectos visuais do lugar podem comunicar, como demonstrado por Frehse (2008, p. 160-161). Não seria a paisagem desse lugar, em termos meramente ornamentais? A divisão é analítica em certa medida, dado que há muita sobreposição conceitual. A paisagem pode ser multiescalar assim como o lugar, de modo que os conceitos estejam intrinsecamente ligados. Nem toda paisagem é o lugar de alguém, mas certamente todo lugar é interpretado visualmente. A semelhança está, portanto, na importância da relação. Em ambos os casos, o processo de significação

cer intersubjetivamente, dado que a imputação de sentido de um precisa ser convergente ao de outro. Não adianta uma imputação de sentido sobre uma coisa se o resto de uma comunidade compreende de outra forma; a comunicação torna-se impossível. O significado de uma caneta não deriva de uma essência anterior que a preenche de sentido. São as ações em relação a ela que compreendem o sentido estabelecido. As pessoas agem sobre uma caneta ao escrever qualquer coisa em um caderno. É claro que uma caneta pode servir para inúmeras coisas e, assim como uma pedra pode “martelar” um prego, a caneta pode perfurar alguém — tal é o princípio da universalidade destacado por Mead (2022, p. 101-103), embora o mesmo autor concorde que é nas ações sobre os objetos que surgem os significados (Mead, 2022, p. 117). Como as interpelações são intersubjetivas, “vence” o sentido das ações cuja ocorrência é mais comum; no caso da caneta, a escrita. Com o tema deste texto, é possível mostrar que o modo como as pessoas agem em determinado espaço é uma das coisas que o confere sentido.

LUCAS PAZ DOS SANTOS

do espaço é derivado da dialética entre o seu corpo físico previamente constituído e suas transformações feitas por indivíduos ou coletividades. Soma-se a isso o conjunto de ações cotidianas que o preenchem simbolicamente, sempre em relação a outras interpretações, a convergir ou divergir com “truncos de interpretação” coletivos, e que podem ou não manifestar conflitos.

Isso tem relação com o que Fraya Frehse indicou sobre o espaço a partir do trabalho de Erving Goffman. O processo de significação do espaço nos conceitos de lugar e paisagem estão relacionados com os três tipos apresentados pela autora. Se os passantes fazem parte da paisagem interna dos shoppings mais elitizados do Rio de Janeiro, certas coletividades que não são comuns em tais locais podem ser localizadas uma vez dentro desse ambiente. Se o espaço apresenta uma “conformação” social, um outsider situacional pode sentir-se como um “peixe fora d’água”. Como no exemplo, em caso de desigualdade social evidente, não apenas o espaço comunica como também a inserção desse desviante contrasta com a paisagem. Portanto, a relação dos indivíduos com o espaço fornece indicativos sociais, o que diz respeito ao que a autora chama de *espaço social*. Isso depende, como demonstrado, da caracterização do *cenário* desse espaço físico no qual a interação ocorre, e do

condicionamento que a sua configuração impõe às ações dos indivíduos.

A relação entre espaço e memória em Maurice Halbwachs e Pierre Nora

Como visto, o espaço enquanto uma “zona amorfa” ganha contornos de sentido (significados) uma vez que faz parte de um fluxo de interações e, por consequência, imputações morais sobre essas ações. O lugar e a paisagem são os contornos que o espaço ganha conforme o sentido obtido. A cristalização e convergência de sentido derivam da memória, em sua instância individual e coletiva. Compreender teoricamente sobre a memória é imprescindível para estabelecer o vínculo entre indivíduos (individuais ou coletivos) e o espaço. Esta seção trabalha principalmente os autores Maurice Halbwachs e Pierre Nora, a importância de ambos para relacionar memória e espaço, além das ausências e excessos de suas formulações.

10 Ao considerar que o espaço físico é condicionante (Frehse, 2008, p. 159), então capacidade interpretativa sobre o espaço é condicionada também pelo espaço.

11 Políticas públicas na história das grandes cidades podem revelar esse tipo de processo. Utilizam-se da paisagem com o fim de construir ou potencializar os “lugares de memória”, cujo fim é, muitas vezes, o turismo. Trata-se de um “turismo de memória”, como enfatizado por Farias (2010, p. 144-145, 2020, p. 8) em seus trabalhos sobre a Pequena África. Uma transfiguração espacial com novos preenchimentos culturais com fins econômicos.

12 A consciência coletiva é o “conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade” que “forma um sistema determinado que tem vida própria”. Essa consciência é difusa em toda sociedade e independente das condições particulares dos indivíduos. (Durkheim, 2010, p. 50-51).

A memória coletiva de Maurice Halbwachs

O objetivo fundamental de Halbwachs em *A Memória Coletiva* era demonstrar que a memória, geralmente compreendida como singular e subjetiva, era constituída coletivamente. Para isso, o autor parte do conceito de *consciência coletiva*¹², de Émile Durkheim, e desenvolve a sua teoria sob a fórmula de *Formas Elementares da Vida Religiosa* ao tomar a divisão da memória coletiva e individual a partir da noção de alma (Domingues, 1999, p. 32). Assim como em Durkheim, existe uma abrangência coletiva sobre a instância individual que incide diretamente sobre o conceito de memória. Sua origem está nos “laços de solidariedade” constituídos “em relação a todo um conjunto de noções e convenções comuns” (Santos, 2002, p. 131).

Halbwachs reconhece que dificilmente alguém está totalmente sozinho, pois, embora a ausência física seja comum, é difícil supor que os pensamentos ou as representações (visuais) no espaço não estabeleçam alguma relação à dimensão social da vida. Com isso, Halbwachs demonstra a importância do espaço para a memória que, além de possibilitar a rememoração, estabelece conexões com outras pessoas (Halbwachs, 2006, p. 30-31, 41-42).¹³ Em situações nas quais não há a presença de outras pessoas,

a ausência pode ser a chave para a constituição da memória (Halbwachs, 2006, p. 45-46).¹⁴ Em última instância, a percepção é constituída socialmente, e o modo segundo o qual a memória é indexada segue essa prescrição, que resulta de uma disciplina social constante.

Em outras palavras, existe uma lógica da percepção que se impõe ao grupo e que o ajuda a compreender e a combinar todas as noções que eles chegam do mundo exterior: lógica geográfica, topográfica, física, que não é outra senão a ordem introduzida por nosso grupo em sua representação das coisas do espaço (e é isso esta lógica social e as relações que ela determina). Cada vez que percebemos, nós nos conformamos a esta lógica; ou seja lemos os objetos segundo essas leis que a sociedade nos ensina e nos impõe. (Halbwachs, 2006, p. 61)

A memória pode ser evocada de duas maneiras fundamentais: a partir dos outros indivíduos (as relações sociais) e o espaço em que a interação ocorre. Por um lado, há uma produção intersubjetiva da lembrança, cuja evocação é feita também pelo con-

13 Sobre isso, o autor diz que “passeando em Westminster, pensei no que havia me dito o meu amigo historiador [...]. Ao atravessar a ponte, pensei no efeito de perspectiva que meu amigo pintor apontara” (Halbwachs, 2006, p. 30-31).

14 O exemplo da história de Charles Blondel é esclarecedor. Quando criança, ao explorar uma casa abandonada da vizinhança, ficou preso em um buraco cheio d'água, afundando mais de meio corpo. Nesse caso, o fato de ele ser criança em relação à ausência da família caracteriza a memória. “É o pensamento da família ausente que fornece o contexto e a criança não precisa, como diz Blondel, ‘reconstituir o ambiente de sua lembrança’ porque a lembrança se apresenta neste mesmo ambiente” (ibid., 2006, p. 46).

tato com os outros que fizeram parte dessa mesma memória (Halbwachs, 2006, p. 41), bem como uma instância coletiva da memorização, em que as ações dos outros indivíduos incidem sobre o processo de armazenamento da situação vivida (Halbwachs, 2006, 38-39). A lembrança não é feita pela união das imagens de um acontecimento e que uma reconstrução funcional precisa ser feita a partir de “noções comuns” no espírito de cada um do grupo “porque elas estão sempre passando destes para aquele e vice-versa, o que será possível somente se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo” (Halbwachs, 2006, p. 39).

Por outro lado, é a partir do espaço (de origem) que se pode alcançar a potencialidade máxima da reconstituição da memória. A “lembrança reaparece” a partir de uma “aproximação de percepções determinada pela ordem que se apresentam determinados objetos sensíveis, ordem essa resultante de sua posição no espaço” (Halbwachs, 2006, p. 53). Halbwachs evita um determinismo espacial ao defender que não se trata de um espaço totalizador, sem o qual a lembrança não seria possível, e sim que a partir de seus domínios a rememoração tem a riqueza de detalhes da situação de origem (Halbwachs, 2006, p. 54). Em ambos os casos, o autor ressalta o caráter

parcialmente externo da memória, materializado na presença de outros e/ou no espaço, seja em sua evocação, seja em seu processo de armazenamento.

Com isso, o conceito de memória coletiva de Halbwachs coloca na produção e na evocação da memória um aspecto externo, dirigido às ações de terceiros e do espaço. No entanto, apesar da abrangência da memória coletiva, Halbwachs afirma que “na base de qualquer lembrança haveria o chamamento a um estado de consciência puramente individual”, denominado *instância sensível* (Halbwachs, 2006, p. 42). Esse conceito pode ser pensado como uma caracterização singular da memória devido à inserção *sui generis* que cada um tem na situação. Cada indivíduo organiza singularmente os diferentes componentes das situações sociais e os relaciona a si próprio por não estar ligado inteiramente a ambiente algum (*ibid.*, p. 58-59). O conceito de instância sensível não é apenas responsável por caracterizar a memória individual, como afirmar a sua participação em toda lembrança. Toda lembrança é uma dialética entre memória individual e coletiva. Além disso, essa inserção *sui generis* considera também o conjunto de interações de cada indivíduo, ou seja, a própria experiência social singular de cada um. Com isso, a memória individual revela “a complexidade das interações sociais vivenciadas por cada um” (Araújo e

Santos, 2007, p. 96).

A relação entre memória coletiva e memória individual mostra que não é o indivíduo “isoladamente que tem o controle do resgate sobre o passado” (Araújo e Santos, 2007, p. 97). Halbwachs explica o fenômeno da memória “a um só tempo social e individual, aspectos indistintos, porque ele compreendeu individualidade como fenômeno forjado a partir de quadros sociais comuns.” (Santos, 2002, p. 131). Para isso, o autor repete a fórmula utilizada por Durkheim em *Formas Elementares da Vida Religiosa* e diferencia a memória individual e coletiva a partir da noção de alma. É através da alma coletiva que a alma individual recebe a sua essência sacra, cuja individualidade ganha contornos através da inserção do corpo (profano) em meio à coletividade (Durkheim, 1996, p. 272-276). O mesmo acontece na memória coletiva e individual de Halbwachs: em toda memória individual, a memória coletiva está presente. Se em Durkheim é o corpo que permite a individualização da alma, em Halbwachs é pela *instância sensível* que a memória individual surge e passa a ter presença em toda lembrança.

Há alguns problemas na elaboração teórica de Halbwachs. O autor exagera na importância dada ao espaço, cuja ênfase o induz a um “determinismo es-

pacial” apesar de seus esforços em evitá-lo. É preciso considerar valores e sentimentos dos indivíduos, pressão social e associação de ideias (Viana, 2006, p. 9-10). Os valores servem para o preenchimento de sentido que a memória precisa ter e que o espaço não é suficiente para isso, dado que as coisas não são essencialmente boas ou más, belas ou feias, ou seja, o sentido não é dado *a priori*. Os sentimentos são as reações afetivas à situação, relacionadas diretamente ao modo como as pessoas imputam valores às coisas, cujo efeito é influenciar as pessoas a evocar determinadas lembranças. A pressão social deriva da própria situação social que, por seu próprio contexto específico, impõe a necessidade da evocação de certas lembranças. Todos esses fatores, e também o espaço, estão relacionados ao que Viana chama de “associação de ideias”. Uma recordação “puxa” a outra por algum grau de associação. Isso significa dizer que o fluxo de pensamentos e lembranças está diretamente relacionado à configuração material e simbólica das coisas externas à mente.

Também em relação a isso, seu arranjo teórico pressupõe um esquecimento das lembranças individuais (Domingues, 1999, p. 32), justamente, ao que parece, pela dependência excessiva das condições externas. Halbwachs (2006, p. 60), ao dizer que a intuição sensível está presa ao presente, defen-

de a incapacidade de o indivíduo recordar “espontaneamente”, apenas pela relação entre pensamentos, quando “uma imagem evoca a outra”. O autor exagera na relação entre a lembrança e a percepção dos objetos exteriores, o que explica a importância excessiva no espaço. Essa formulação teórica impede os indivíduos de reagir ao meio criativamente, como se a imaginação respondesse apenas aos ordenamentos exteriores imediatos à interação social presente.

Além disso, o autor não aborda o tema do conflito. Seu objetivo é acentuar a ideia de que as memórias comuns trazem um reforço da coesão social, derivada da “adesão afetiva do grupo” e não da coerção (Pollak, 1989, p. 3). Essa formulação não ocorre por acaso, dado que Durkheim (2010, 1996) é excessivamente consensual em suas análises. A ausência do conflito no processo de constituição da memória coletiva permite a inexistência de antagonismos, imposição, opressão, dominação e exploração em suas formulações (Pollak, 1989, p. 3-4; Viana, 2006, p. 10). A memória é, dentre outras coisas, a relação entre esquecimento e lembrança (Nora, 1993, p. 9), que pode ser mobilizada conforme os interesses das classes dominantes, cujo poder é maior (Viana, 2006, p. 10). O efeito é a dominação e exploração de classes dominantes. Uma vez que existe resistência, o efeito é antagonismo. Em outras palavras, o que deve ser

esquecido ou lembrado está em disputa na constituição da memória e a desigualdade de poder incide nesse processo.

Pierre Nora e o conceito “lugares de memória”

Em Pierre Nora (1993, p. 09), a memória é uma “dialética entre lembrança e esquecimento”, portanto, “inconsciente de suas deformações sucessivas”. O esquecimento incide não apenas sobre as lembranças deformadas pouco a pouco, como também na dificuldade em lembrar do processo amplo de mudanças. Proporciona mudanças sociais e dá caráter criativo à memória. Dada a presença do esquecimento, tais mudanças são perenes, o que significa que a memória está em “permanente evolução”. Também pela capacidade de esquecer, ela é “vulnerável a todos os usos e manipulações”, o que significa que a memória pode ser reconfigurada em outra coisa. O esquecimento é relativo, dado que ela pode sempre sofrer “longas latências e repentinas revitalizações”. A memória tem sua origem a partir do “grupo que ela une” e enraíza-se “no espaço, no gesto, na imagem, no objeto”. O fato de ser “sempre carregada por

15 A única criatividade “ativa” no pensamento de Durkheim, sob as quais há pelo menos um mínimo grau de intencionalidade, é a partir da efervescência coletiva (Domingues, 1999, p. 33-34).

16 O conceito de *alma individual* é um bom exemplo para evidenciar essa distinção sagrado/profano. Contém dentro de si a *alma coletiva* (sagrada) e o corpo do indivíduo (profano), o primeiro permite a intersubjetividade e a pertença a estrutura social do clã e o segundo a individualização (Durkheim, 1996, p. 272-276, 285).

17 A divisão do trabalho precisa ser espontânea para ser harmônica, caso contrário ela passa a ser “forçada”, quando as próprias regras da divisão social são a origem do problema, provocando a quebra de vínculos sociais (Durkheim, 2010, p. 391-394).

grupos vivos” fornece uma temporalidade “sempre atual, um elo vivido no eterno presente”.

A importância de Durkheim também é evidente em Pierre Nora. O esquecimento tem posição similar a Durkheim em *Formas Elementares da Vida Religiosa*, dado que em ambos os casos permitem mudanças sociais e criatividade social, embora se trate de um tipo passivo de criatividade.¹⁵ Esse tipo “passivo” de criatividade pode ser comparado às consequências não intencionais da ação no sentido em que são *derivativos da ação* que fogem do controle do sujeito — ou seja, pessoas em geral esquecem, a convergência desse processo incide em um “esquecimento coletivo”, e com isso há criatividade social. Um exemplo é a transformação morfológica de clãs e fratrias e, com isso, a perda de sacralidade dos totens (Durkheim, 1996, p. 102-103).

Maurice Halbwachs é importante na instância espacial e temporal da memória em Pierre Nora. O conceito de memória coletiva é importante não apenas para conceituar a memória enquanto intrinsecamente coletiva, mas como inerentemente relacionada ao espaço. Como visto, em Halbwachs, o fato de a memória estar enraizada no espaço o permite ser uma instância potencializadora das lembranças (Halbwachs, 2006, p. 30-31). Halbwachs e Nora

retiram a importância do espaço em Durkheim e a memorização do emblema totêmico tatuado no corpo, nos objetos e presente no próprio nome do clã (Durkheim, 1996, p. 110). É o espaço que evoca as lembranças frente ao inevitável esquecimento das memorizações pela via oral. A instância temporal da memória em Nora, por outro lado, guarda maiores relações com Halbwachs, devido à importância do presente em ambos os autores. Sua visão de memória coletiva é a permanência do passado ainda no presente (Gondar, 2008). Isso tem relação com a visão de Halbwachs da reconstituição do passado no presente devido à impossibilidade de conservação em sentido estrito (Viana, 2006, p. 8).

A importância de Durkheim se estende particularmente no que diz respeito à moralidade. Ao comparar memória e história, Nora mobiliza o eixo sagrado/profano como em *Formas Elementares da Vida Religiosa*¹⁶. A necessidade de espontaneidade é outro aspecto importante que Nora retira de Durkheim em *Da Divisão do Trabalho Social*¹⁷. A história profana “dessacraliza” a memória enquanto acontecimento ou relato (oral) ao transformá-la em uma interpretação (escrita). O autor relaciona a história à “interpretação” ao dizer que se trata de uma “reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais” (Nora, 1993, p. 9). Reconstrução



é a palavra que informa sobre a memória enquanto uma transfiguração da realidade em uma narrativa particular, uma interpretação; também diz sobre a memória enquanto absoluto, o “todo” do acontecimento. A memória perde a sua espontaneidade e passa a ser moldada/formulada como história.

Com essas influências, o autor formula o conceito *lugares de memória*. Novamente, o espaço tem centralidade na relação com a memória, a partir da ideia de enraizamento e possibilidade de evocação. Três sentidos de lugar precisam coexistir:

São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for um objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concen-

trada da lembrança. Os três aspectos coexistem sempre. Trata-se de um lugar de memória tão abstrato quanto a noção de geração? É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno número uma maioria que deles não participou. (Nora, 1993,, p. 21-22)

Outros aspectos importantes caracterizam os lugares de memória. Eles precisam ter “vontade de memória”, o que diz respeito a certo grau de intencionalidade. Também “imortalizam a morte” uma vez que estão sempre no tempo presente, o que se torna possível conforme desenvolvem uma “aptidão para a metamorfose” (*ibid.*, p. 22). Imortalizam a morte porque são “inúteis” e, com isso, não ficam datados; são “objeto no abismo” e falham em ser “aquilo que quiseram seus fundadores” (*ibid.*, p. 23-24). Não é preciso uma interpretação e transfiguração em história com o fim de comunicar. Os lugares de memória não se comunicam por suas reduções e sim em sua própria totalidade.



Diferentemente de todos os objetos da história, os lugares de memória não tem referentes na realidade. Ou melhor, eles são, eles mesmos, seu próprio referente, sinais que devolvem a si mesmos, sinais em estado puro. [...] Nesse sentido, o lugar de memória é um lugar duplo; um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade, e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações. (Nora, 1993, p. 27)

Um dos problemas dos lugares de memória é a sua perspectiva apenas objetiva do espaço. Como já demonstrado, o processo de significação do “lugar” não depende apenas de uma perspectiva objetiva. Se o espaço é idioma, ele precisa ser lido; se é comunicação, precisa ser interpretado. Nesse sentido, a dimensão subjetiva ou interpretativa do “lugar” precisa fazer parte do conceito. Além disso, se a memória não é evocada apenas pela perspectiva objetiva do espaço, e sim também por aspectos subjetivos interpretativos – moral, sentimentos, pressão social e associação de ideias, podendo ou não estar ligados ao espaço –, então a dimensão subjetiva da memória precisa fazer parte desse processo. Não significa que a perspectiva de Nora esteja incorreta e sim que é

preciso considerar a outra instância, a subjetiva. Lugares de memória existem por si só, em sua instância objetiva, segundo as definições de Pierre Nora, mas é a partir da relação com o indivíduo que se materializam na experiência humana, ao fornecer uma espécie de experiência catártica, liberando assim as emoções reprimidas – evoca a memória e estabelece a relação afetiva com o lugar, mesmo que esse, seja apenas um intermediário a outra espacialidade.

Outro problema é o conflito, pouco trabalhado em Nora, apesar de conceituar a memória como algo “vulnerável a todos os usos e manipulações” (Nora, 1993, p. 09), o que se estende aos lugares de memória. Por exemplo, há pouca discussão sobre lugares de memória que representam qualquer resíduo de conflito. O conflito está presente não apenas na paisagem desse lugar, sua construção visual; o conflito está na constituição desse lugar de memória. Se o preenchimento de sentido do espaço é feito a partir da relação com a sociedade e das ações individuais e coletivas, tais relações podem ser conflituosas. Se a memória é uma relação entre lembrança e esquecimento, essa construção também pode ser alvo de disputas. Com isso, lugares de memória podem representar, com ou sem intencionalidade, a opressão, a dominação e a exploração. Os nomes das ruas podem representar diversas personalidades históri-

18 Um exemplo é a influência da Guerra do Paraguai no nome das ruas de Cuiabá. Disponível em: <https://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2013/04/guerra-do-paraguai-influenciou-na-nomenclatura-das-ruas-de-cuiaba.html>

19 Michel Pollak fala sobre a abordagem construtivista, que privilegia o estudo da memória em relação ao conflito e não no sentido de um desenvolvimento da solidariedade e a importância do ponto de vista da integração social. O autor diz que “aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar portanto pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias.” (Pollak, 1989, p. 4).

cas, como ditadores, líderes de oposição ou o próprio conflito em si.¹⁸ Estátuas de líderes políticos em praças ou a precedência de determinada religião na nomeação de cidades e ruas também são exemplos. Cada um pode ter a presença do conflito e uma importância política.¹⁹ Além disso, a própria constituição desses lugares de memória pode ser o resultado de um apagamento. Algumas reformas urbanas que hoje são compreendidas como lugares de memória podem ter sua origem no despejo de pessoas ou, inclusive, na destruição de outros lugares de memória.

O processo de territorialização do “rótulo” e as limitações impostas à agência

O termo rotulação, inicialmente atribuído à criminologia e à sociologia do desvio, refere-se às descrições das negativas morais de comportamento, especialmente aquelas de cunho criminal, sexual e clínica. A preocupação central da sociologia do desvio, associada ao pragmatismo americano e à Escola de Chicago, era explicar a desobediência da norma estabelecida a partir de comportamentos destoantes. Essa tradição se pergunta sobre “o que o desvio causa” e não “o que

causa o desvio”, como era feito anteriormente. A atenção volta-se à formação social da identidade em uma vida na qual desconfiança se estabelece a partir da atribuição de rótulos, de modo que a ação do rotulador seja baseada na expectativa de que o comportamento dessas pessoas rotuladas se dará de maneira adequada ao rótulo imposto, isto é, um comportamento desviante. Portanto, o desvio é uma reação social negativa/negativadora, um processo de identificação moral, e não a mera desobediência de regras. Importante destacar que a rotulação não é a criação de uma identidade. Ninguém se torna um desviante porque foi rotulado como tal, embora o desvio possa se manter graças ao rótulo (Werneck, 2014).

No processo de territorialização do rótulo, as expectativas normativas que obstruem o processo de gerenciamento de impressões podem estar fincadas nas informações atribuídas ao espaço. Embora todo indivíduo possa ter alguma possibilidade de indução sobre a definição da situação alheia através do gerenciamento de impressões, haverá sempre a possibilidade de se deparar com maiores ou menores dificuldades em relação ao que se gerencia. Por exemplo, a identidade fornece aspectos mais fixos que outros; um indivíduo pode tentar ocultar que é judeu se assim quiser, o que é con-

20 Segundo Leite (2000 apud Leite e Farias, 2018, p. 242) trata-se de “um dispositivo discursivo que, desde os anos 1980, mobiliza e justifica políticas de segurança pública que nomeiam os moradores de favela como potenciais inimigos da cidade, tipificados como ‘classes perigosas’ sem direitos a preservar ou vozes a ouvir”. Como é evidente, a metáfora é só um elemento discursivo e, em especial com o processo de militarização, a metáfora perde cada vez mais espaço para a guerra. Segundo Magalhães (2020, p. 6), trata-se da “normalização da morte de certas pessoas por meio da produção contínua de uma guerra ‘inevitável’ para combater a criminalidade”. Essa inevitabilidade é fruto de um processo de significação amplo, que legitima a possibilidade de uma política pela morte. Em última instância, a guerra torna-se, inclusive, um negócio lucrativo (Leite, Farias, 2018, p. 258).

sideravelmente mais difícil e talvez impossível se uma pessoa quiser ocultar de alguma forma a sua raça. O mesmo pode acontecer com o espaço, especialmente se ele for racializado ou generificado. É preciso se perguntar ainda até que ponto uma pessoa pode de fato gerenciar a impressão alheia com relação aos seus atributos. Até que ponto a interpretação das ações de uma pessoa e, por extensão, a definição da situação de alguém não possa ser relativamente fixa por conta de essa pessoa manifestar certos atributos e categorias. Além disso, é preciso pensar até que ponto essas definições mais “fixas” sobre a identidade (categorias e atributos) de alguém não podem ser um risco para essa pessoa. Essas pré-concepções podem ser, em última instância, bastante conflituosas.

Expectativas normativas convergentes podem criar um rótulo sobre uma coletividade e/ou um espaço específico. Se a rotulação pode ser direcionada a um espaço e/ou coletividade, então a favela e seus moradores podem ser pensados nessa chave. O termo “favelado” foi por muito tempo e ainda é usado de modo pejorativo com o intuito de ofender a pessoa oriunda desse tipo de habitação. O termo revela a estigmatização por trás da favela, cuja implicação em seus moradores é o rótulo que os une simbolicamente enquanto coletivo. O

termo favela pode designar caracterizações negativas, fruto, inclusive, de limpeza moral por parte dos moradores, que buscam identificar o lugar como comunidade (Birman, 2008, p. 103).

Essas caracterizações estão ligadas ao processo de territorialização da violência e, paralelamente, à pressuposição de que se trata de um lugar ontologicamente violento (Magalhães, 2020, p. 7). Tal concepção incide sobre os moradores mediante uma “sujeição criminal” que une o espaço da favela e seus moradores pela proximidade espacial ao tráfico de drogas. Para Michel Misse (2010, p. 20-21), “a sujeição criminal também se ‘territorializa’, ganha contornos espaciais e amplifica-se nos sujeitos locais e mesmo nas crianças e adolescentes cuja sujeição é esperada”. Essa proximidade provoca uma desconfiança generalizada daqueles que não moram nas favelas em relação aos seus moradores (Machado e Menezes, 2020, p. 533). Em última instância, a violência é territorializada e, com isso, não apenas aqueles que estão vinculados a práticas ilícitas precisam lidar com as investidas do Estado, como também os moradores. As constantes investidas do Estado sob a justificativa de “guerra às drogas”²⁰ tornam a violência cada vez mais cotidiana e ajudam a retroalimentar rotulações a respeito do espaço. Freire e Teixeira (2016,



p. 64) abordam o problema da territorialização da violência e a relação de “contágio” por contiguidade, necessária para esse processo de rotulação e desqualificação:

Por um lado, os moradores de favelas e periferias se orientariam a partir de uma sociabilidade convencional, noutra, alguns “bandidos” se orientariam a partir da sociabilidade violenta. Mas, dada a contiguidade socioespacial entre “bandidos” e demais moradores, haveria a formação de uma nebulosa de relações sociais em que essas diferentes formas de sociabilidade se misturariam – o que produziria um espaço interstício no qual esforços de desqualificação e de requalificação podem ser observados. Isto, por sua vez, causaria um efeito letal: orientando-se pela linguagem da violência urbana, a polícia passaria a ver os moradores de favelas como potenciais portadores da sociabilidade violenta.

Esse processo, segundo os autores, legitima e legaliza, em muitos casos, o “auto de resistência”, isto é, “a morte das pessoas faveladas identificadas socialmente como ‘bandidos’” (Freire e Teixeira, 2016, p. 64). Assim, não apenas o crime organizado repre-

senta um perigo, como também a atuação estatal. Isso sugere uma “vida sob cerco”: um “confinamento socioterritorial e político que causa nos moradores de favelas uma intensa preocupação com manifestações violentas que impedem o prosseguimento de suas rotinas e dificultam a manifestação pública de suas demandas” (Machado e Menezes, 2020, p. 533). Esse processo de rotulação, somado à vida sob cerco, implica obstruções à agência em situações críticas. Como afirma Birman (2008, p. 112), basta um caso específico “para reiterar a especificidade negativa de um grande conjunto populacional”. O que está em jogo com a aplicação do rótulo “favelado” é um processo de tipificação da população que representa a favela, cujas expectativas normativas são, em geral, rígidas o suficiente para dificultar a possibilidade de gerenciamento de impressões. Isso corresponde, então, a dificuldades prévias que estão vinculadas a uma série de categorias e que aparecem em maior ou menor grau a depender da situação.

Isso torna evidente algo que não é desenvolvido nas formulações de Erving Goffman sobre a interação social: apesar da possibilidade de gerenciamento de impressões inerente a todos os indivíduos em qualquer situação, as expectativas normativas oferecem uma série de obstruções que tornam essa possibilidade de pequena manipulação da realida-

21 Domingues (1995, p. 16) destaca a criatividade do self em Goffman e a sua capacidade de gerenciar as normas sociais conforme interesse próprio. Collins (2009, p. 190), por sua vez, defende os rituais de interação como recursos, pois “são armas que as pessoas utilizam para marcar pontos: fazer os contatos certos, causar embaraço ou até mesmo destruir os rivais, para afirmar a própria superioridade social”.

LUCAS PAZ DOS SANTOS

de desigual. Em outras palavras, um indivíduo pode ter menos obstruções para fazer com que os outros tenham impressões positivas a seu respeito porque não manifesta certos atributos que, em muitos casos, estão vinculados a expectativas normativas relativamente rígidas. Por exemplo, a interação entre um grupo de policiais e um homem negro, jovem e de classe baixa que desce a favela é bem diferente da possibilidade de ser um homem branco, idoso e de classe média. Outro exemplo, mais extremo, é o da sujeição criminal que incide sobre “bandidos” ou àqueles que desertam desse tipo de conduta, em que “o rótulo ‘bandido’ é de tal modo reificado no indivíduo que restam poucos espaços para negociar, manipular ou abandonar a identidade pública estigmatizada” (Misse, 2010, p. 23).

Esse processo está intrinsecamente ligado às relações de poder. Embora as formulações de Goffman não apresentem nenhum desenvolvimento mais sério sobre essa categoria, é possível refletir sobre o poder a partir da sua teoria dos rituais de interação (Collins, 2009, p. 191). Como visto, a territorialização do rótulo e o contágio aos moradores resultam em uma série de dificuldades prévias que dizem respeito à expectativa normativa do outro. Isso dificulta no processo de preservação da face (se contarmos ela como uma reputação situacional) e mesmo, caso ne-

cessário, do gerenciamento de impressões. Ao partir da mesma relação feita por Giddens (2009, p. 10-11) entre agência e poder como uma capacidade dos indivíduos em mobilizar recursos para atingir seus objetivos e ter a possibilidade de, a qualquer momento da ação, deixar de fazê-la ou agir de outro modo, qualquer impossibilidade à ação é um abalo a essa capacidade.

A proposta é pensar aqui o poder de um ponto de vista relacional: o poder de agir ou de fazer qualquer coisa é também o poder de ter a chance de apresentar dignamente o próprio self, e defender a própria reputação na situação presente. Giddens (2009, p. xxxv, 18, 39, 443, 2018, p. 107) define que os recursos são as propriedades estruturais que servem de meio nos quais os indivíduos manifestam o poder em suas agências, sejam eles sobre objetos (“alocativos”) ou pessoas (“autoritários”). Ao assumir aqui a ideia goffmaniana de que as regras convencionais ritualizadas referem-se ao modo pelo qual os indivíduos apresentam o próprio self, então esses rituais de interação podem ser os recursos simbólicos da ação segundo os quais a agência é possível.²¹ São recursos que os atores lançam mão para manifestar uma *face* aceitável e, assim, apresentar um self coerente. Se esses recursos são necessários para todos os atores



apresentarem o próprio self, qualquer dificuldade generalizada que obstrua esse processo é a criação de uma desigualdade em tais capacidades. É reconhecer que determinados indivíduos (ou coletividades) são mais desacreditados (ou desacreditáveis) que outras.

A relação entre agência e poder em Giddens refere-se apenas a uma das faces dessa categoria, sendo a outra a dominação, presente na dimensão institucional e fruto de consequências não intencionais da ação. A dualidade da estrutura é o conceito no qual Giddens, através do que ele denomina como “modalidades”, determina uma constituição mútua em ambas as dimensões supracitadas. As modalidades do poder são facilitadores (regras e recursos) que, simultaneamente, possibilitam a ação e reproduzem a dimensão institucional (dominação), cujo resultado é criar as condições futuras para a ação e a possibilidade de efetivar o poder ao agir (Giddens, 2009, p. 18, 29-34, 304; 2018, 78-79, 90, 96-100, 149).

Se o gerenciamento de impressões é um aspecto importante da agência e refere-se ao poder na dimensão interacional, deve-se considerar a outra face do poder destacada por Giddens: as forças institucionais que incidem sobre a distribuição de regras e recursos pelas quais os indivíduos agem. Ao considerar os rituais de interação como recursos,

é possível perceber que a mesma ação pode tomar caminhos diferentes a depender de quem for a conduta. Evidentemente, não se pode aferir uma distinção quantitativa de recursos rituais, no entanto, uma distinção qualitativa se torna possível se considerar que alguns conseguem gerenciar as impressões com maior facilidade que outros. Se há a percepção comum, por exemplo, de que certos espaços têm um sentido negativo intrínseco enquanto outros não, seus moradores sofrerão o peso dessa assimetria de poder. Essa assimetria considera, portanto, as duas faces do poder. Se considerar as consequências não intencionais da ação como constitutivas das dimensões institucionais, aqueles cuja expectativa normativa obstrui a agência alheia reforçam esse processo de assimetria de poder destes em relação aos indivíduos rotulados.

O processo de territorialização do rótulo afeta a relação entre os moradores e o espaço de residência. A ação e a imputação do outro afetam a condição de organização psíquica/afetiva do que é o “lugar” para a pessoa. Não é uma determinação, ela pode reagir, resistir, mas a imputação já pressupõe a afetação, uma vez que assume a existência e ação do outro e muda o curso da própria conduta. O conceito de “limpeza moral” pode ser um exemplo (Birman, 2008; Leite, 2008). Os moradores de favela desen-

volvem um esforço constante com o fim de provar ao restante da população que não há nelas participação ativa na sociabilidade violenta, que são “pessoas de bem”, honestas, pacíficas e confiáveis. Há, portanto, uma disputa pelo domínio de interpretação e determinação do que é determinado lugar — essa determinação é, por vezes, moral. A imputação moral alheia incide sobre a construção psíquica do lugar, a despeito do desejo daqueles que moram na residência.

É preciso, ainda, se perguntar qual o papel da memória no processo de territorialização do rótulo e de “contágio” entre coletividades distintas nessa rotulação. Convém retomar algumas definições sobre o conceito aqui citadas para entender melhor esse processo e como as relações de poder estão intrinsecamente presentes. Trata-se de uma instância criada no presente, e que não pode ser definida apenas por sua capacidade de rememoração. Isso porque é no contexto da interação (seja pelas relações sociais ou pelo espaço) que a memória emerge como uma propriedade da continuidade da ação social. Começa por ser uma dialética entre lembrança e esquecimento e, portanto, não manifesta uma característica fixa ou rígida, de modo que esteja em permanente transformação. Tais características permitem que a memória seja manipulável. A memória não pode ser resumida à capacidade de rememoração ou lembrança. Ela é

fruto de um processo interativo que serve para fornecer equilíbrio no curso da ação. O fato de que algumas lembranças são mais “cristalizadas” e retidas não implica que elas não possam sofrer também alterações ao longo do tempo. Essa “cristalização” é variável conforme a situação em questão, isto é, a dialética entre lembrança e esquecimento é única para cada fato que se rememora, e o processo de transformação desse fato armazenado é também singular.

O conceito de limpeza moral pode servir para destacar a relação entre memória e expectativas normativas no processo de territorialização do rótulo. O conceito pode ser apresentado como o reconhecimento de certos indivíduos como parte de uma coletividade que é costumeiramente rotulada de forma negativa. O reconhecimento das propriedades negativas desse rótulo é onde a “limpeza” irá focar. Assim, se o termo “favela” é reconhecidamente interpretado como algo análogo à violência, é possível que seja precisamente nesse aspecto que parte dessa coletividade rotulada tenha empenho em “limpar”. É nesse processo que a “favela” dá lugar à “comunidade” (Birman, 2008). Isso não significa solução, e tampouco significa dizer que o termo comunidade não fornece aspectos negativos que, inclusive, podem negar aspectos importantes da identidade coletiva dos moradores da favela.

Importa aqui o processo de tentar reforçar, por um lado, o desvinculo com outras coletividades ou mesmo pré-concepções negativas e, por outro lado, uma tentativa de reforçar concepções positivas. É o reconhecimento de que as expectativas normativas do outro podem ser em parte manipuláveis, caso contrário, a limpeza moral perderia completamente o seu sentido. Aproveita-se a característica da memória em ser uma dialética entre lembrança e esquecimento. É a possibilidade de transformação da memória que proporciona um caráter mais mutável ao estoque de conhecimento. O processo que possibilita a limpeza moral é o mesmo que permite a territorialização do rótulo, uma vez que a relação entre espaço, crime e comportamento não é dada na realidade e sim fruto de um processo social amplo. Nesse sentido, a memória é uma categoria fundamental no processo de territorialização do rótulo e, portanto, da relação entre interação e espaço.

Conclusão

Este texto teve por objetivo a análise do processo de territorialização do rótulo a partir da relação entre interação, espaço e memória. O caso analisado foi o das favelas do Rio de Janeiro e o termo “favelado”. Embora o termo nem sempre carregue um sig-

nificado negativo, sendo usado, inclusive, como uma forma de identificação própria com o lugar por parte dos moradores, ele é geralmente associado a características negativas e usado para tipificar uma configuração espacial e os moradores que nela residem. Importa fundamentalmente a relação entre interação, espaço e memória. É pelo vínculo (ou relação) espacial entre “bandidos” e moradores que o “contágio” é possível. O contágio, neste caso, não diz respeito à assimilação e reprodução das práticas, mas à atribuição negativa que se recebe. Uma vez que o crime é territorializado, é estabelecida a associação entre o espaço e a coletividade criminosa, o que possibilita o enraizamento do rótulo ao espaço no qual o crime se estabelece. O contágio sofrido pelos moradores é apenas pelo processo de identificação, seja com os “bandidos” (por convivência), seja pelo pertencimento à própria favela como um espaço malvisto.



Referências

- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. História, memória e esquecimento: implicações políticas. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 79, p. 95-111, 2007.
- BIRMAN, Patrícia. Favela é comunidade? In: In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 99-114.
- BURNS, Tom. **Erving Goffman**. Routledge, 1992.
- COLLINS, Randall. **Quatro tradições sociológicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- DOMINGUES, José Maurício. **Sociological theory and collective subjectivity**. Basingstoke: Macmillan Press, 1995.
- _____. **Criatividade social, subjetividade coletiva e a modernidade brasileira contemporânea**. 1.ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.
- DURKHEIM, Émile. **Formas Elementares da Vida Religiosa**. 1º Edição. São Paulo. Martin Fontes, 1996.
- _____. **Da divisão do trabalho social**. 4º Edição. São Paulo. Martin Fontes, 2010.
- FARIAS, Edson. Espaço e lembranças na economia simbólica urbana: o “retorno” da Pequena África carioca. *Revista TOMO – jan./jun.* 2010, pp.79-130.
- _____. O lugar e a mobilidade: a Pequena África carioca no anverso da circulação turística. *Pol. Cult. Rev.*, Salvador, v. 13, n. 2, p. 57-107, jul./dez. 2020.
- FREHSE, Fraya. Erving Goffman, sociólogo do espaço. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, p. 155-166, 2008.
- FREIRE, Jussara; TEIXEIRA, Cesar Pinheiro. Humanidade disputada. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política**, v. 6, n. 01, p. 58-85, 2016.
- GIDDENS, Anthony. **A Constituição da sociedade**. 3º Edição. São Paulo. Martin Fontes, 2009
- _____. **Problemas centrais em teoria social: ação, estrutura e contradição na análise sociológica**. Petrópolis-RJ. Vozes, 2018.
- GOFFMAN, Erving. **A Representação do eu na vida cotidiana**. 10º Edição. Petrópolis-RJ. Vozes, 1985.
- _____. **Estigma e identidade social**. In: *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro, LTC, 2008[1963], pp. 9-50.
- _____. **Comportamento em lugares públicos: notas sobre a organização social dos ajuntamentos**. Vozes, 2010.
- _____. **Ritual de Interação**. Petrópolis-RJ. Vozes, 2011.
- _____. A ordem da interação: Discurso presidencial da American Sociological Association, 1982. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito**



LUCAS PAZ DOS SANTOS

to e **Controle Social**, v. 12, n. 3, p. 571-603, 2019.

GOMBRICH, Ernst Hans Josef. **A história da arte**. 16.Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

GONDAR, Jô. Memória individual, memória coletiva, memória social. Morpheus – **Revista Eletrônica em Ciências Humanas** - Ano 08, número 13, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva**. 1.ed. São Paulo: Editora Centauro, 2006.

HOLZER, Werther. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. **Revista Território**, ano 4 n.3, jul./dez., 1997.

HOUSTON, James. Paisaje y síntesis geográfica. **Revista de Geografia**, v. 4, n2, p. 133-140, 1970.

JOSEPH, Isaac. **Erving Goffman e a microssociologia**. FGV, 2000.

LEITE, Márcia Pereira. Violência, risco e sociabilidade nas margens da cidade: percepções e formas de ação de moradores de favelas cariocas. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 115-142

LEITE, Márcia Pereira; FARIAS, Juliana. Militarização e dispositivos governamentais para lidar com os “inimigos” do/no Rio de Janeiro. In: LEITE, Márcia; ROCHA, Lia; FARIAS, Juliana, e CARVALHO, Monique. (orgs). **Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2018, p. 240-262.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio; MENEZES, Palloma Valle. (Des) continuidades na experiência de “vida sob cerco” e na “sociabilidade violenta”. **Novos estudos CEBRAP**, v. 38, p. 529-551, 2020.

MAGALHÃES, Alexandre. A guerra como modo de governo em favelas do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 36, 2020.

MEAD, George Herbert. **Mente, self e sociedade: edição definitiva**. 1º Edição. Petrópolis-RJ. Editora Vozes, 2022.

MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido". **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 15-38, 2010.

NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 10, 1993.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SANTOS, Myrian. O pesadelo da amnésia coletiva: um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e traços do passado. **Cadernos de Sociomuseologia**, v.19. n.19, 2002.

TUAN, Yi-Fu. Lugar: uma perspectiva experiencial. **Geograficidade**, v. 8, n. 1, p. 4-15, 2018.

VIANA, Nildo. Memória e sociedade: uma breve discussão teórica sobre memória social. **Espaço Plural** — Ano VI - No 14 - 1o Semestre



LUCAS PAZ DOS SANTOS

de 2006 — Versão eletrônica disponível na internet: www.unioeste.br/saber.

WERNECK, Alexandre. **Teoria da rotulação**. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (orgs). Crime, polícia e Justiça no Brasil. São Paulo, Contexto/Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2014, pp. 105-116.

